Nota de imprensa - ARH

No passado dia 14 de Setembro foi defendida a tese de doutoramento em História Contemporânea, intitulada “As águas dos transgressores: uma história da poluição industrial num afluente do rio Ave (1892-1974)”. Tendo por base a documentação histórica presente no arquivo histórico da Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte — situado na Casa de Sarmento, em Guimarães —, o discente José Rafael Soares aludiu à poluição enquanto objecto histórico, retraçando as narrativas e os territórios das diversas contaminações, focando-se especialmente na bacia hidrográfica do rio Ave. Estas contaminações foram vigiadas pelos *Serviços Hidráulicos*, nomenclatura utilizada para resumir a administração das águas públicas estabelecida em 1892.

Originalmente estabelecido em 2019, o projecto de doutoramento — sob a orientação do prof. dr. José Manuel Lopes Cordeiro e, numa fase final, da prof. drª. Alexandra Esteves —, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, visava entender como se processavam as transgressões por poluição industrial. Entre outro tipo de intervenções, as transgressões foram um registo fundamental para os Serviços Hidráulicos afirmarem a sua autoridade no terreno. Estas ocorreram sob a forma de um auto de notícia: em face a um episódio de poluição, a autoridade, representada pelo guarda-rios, assinava um documento com informações sobre a infracção. É esse documento que permite hoje retraçar os afluentes mais poluídos da bacia em análise.

A bacia do Ave é composta por numerosos afluentes, que permitiriam um aporte energético interessante às diversas indústrias. Estas instalar-se-iam nas margens dos rios, quer, numa primeira fase, para aproveitamento da energia hidráulica; quer, numa segunda fase, para aproveitamentos hidro-eléctricos. Para além desta vertente, o rio tornou-se num veículo de descargas, quer para indústrias, como também para municípios e comunidades. De entre os afluentes mais conhecidos, o Pelhe, o Pele, o Selho ou o Este foram algumas das linhas de água mais perturbadas pela actividade humana.

Embora anteriores abordagens académicas tenham realizado uma primeira inventariação e identificação dos mencionados arquivos, este trabalho visava colocar a poluição no centro da análise histórica. A investigação detalhou 455 episódios de possível poluição; apenas em 371 casos foi possível obter dados completos. Foram consultados outros corpos documentais, como as actas camarárias dos concelhos de Braga, Guimarães, Santo Tirso, Fafe, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, assim como jornais dessas localidades para o período pretendido. Os arquivos da antiga Estação Aquícola do Rio Ave foram igualmente determinantes para discutir a capacidade científica e laboratorial na monitorização da poluição. Algumas reflexões resumem a pesquisa histórica:

- Do ponto de vista quantitativo, o período de 1960-1969 marca a maior produção de transgressões por poluição industrial;
- Ao longo da cronologia, o rio Ave fora aquele com maior número de registos nesta matéria, com 134 menções, e Santo Tirso destacou-se com 124 referências. As empresas têxteis foram as mais registadas, com 303 menções;
- Qualitativamente, a documentação mostra uma vigilância com deficiências, patente na recorrência dos poluidores. Os guarda-rios, que estavam na base da pirâmide funcional do organismo hidráulico, tornar-se-iam num alvo comum para legisladores ou pescadores;
- Pode-se dizer que há três fases do controlo da poluição. Um que vai entre 1892 e 1939, com reduzidos casos de poluição mencionados. O seu

aparecimento não suscitará novas estratégias. Uma segunda fase entre 1939 e 1953, em que diversos actores entendem que a poluição industrial tem de ser estudada e moldada. Isto redundará em cadastros efectuados pelos Serviços Hidráulicos e na primeira actividade de notificação, publicitando junto das firmas a necessidade em depurar as águas. E uma última fase, até 1974, em que a autoridade oscila entre a convicção e a desilusão com a prevenção das contaminações, não obstante continuar a produzir autos de transgressão;

- Em 1956, um pedido efectuado ao Governo, proposto por mais de uma dezena de firmas, desejava industrializar o rio Ave: criar imunidade perante as multas e atrasar a construção de estações de depuração, consideradas caras;
- Entre 1962 e 1964, o Estado imporia padrões de análise da qualidade da água. No terreno, as análises do esgoto surgiram mais tarde do que as análises às águas de abastecimento;
- A investigação não encontrou nenhum caso concreto de conclusão de estação de depuração. Na verdade, a documentação constata um par de casos com o projecto de depuração construído, pese haver informações contraditórias. A larga maioria das empresas protelara estes investimentos, e recorria a soluções pouco onerosas de diluição dos esgotos na corrente. Serão necessários estudos de arqueologia industrial para obter mais informações a este respeito;
- Finalmente, o universo dos poluidores alargou-se a municípios e aglomerados populacionais. O deficiente cadastro das redes domésticas e concelhias agudizou a incapacidade da fiscalização verificar o estado dos esgotos. Seria necessário esperar pelos anos 1980 e 1990 para ver o lançamento de complexos programas para a depuração das águas fluviais, quer do lado dos municípios, quer do lado das empresas.

Convidamos todos os leitores a apreciarem a tese de doutoramento. Esperamos que seja um marco para os interessados em desenvolver a literacia histórica sobre o tema dos recursos hídricos.